

## BORDEANDO AS FRONTEIRAS: SOBRE UMA PSICANÁLISE DEFINIDA PELA ALTERIDADE

### BORDERING BORDERS: ABOUT A PSYCHOANALYSIS DEFINED BY ALTERITY

Luciana Maccari Lara<sup>1</sup>

**Resumo:** O trabalho pretende introduzir uma reflexão sobre o lugar da alteridade na origem e constituição do discurso psicanalítico, desde sua origem na modernidade colonizadora, e num modelo civilizatório que reduz as diferenças a categorias hierárquicas. Ao longo da construção freudiana, a alteridade impõe-se como o eixo fundamental na definição de rumos e sentidos da teoria e do método psicanalítico.

**Palavras-chave:** Civilização. Colonização. Psicanálise. Alteridade.

*Abstract: The paper aims to introduce a reflection on the place of alterity in the origin and constitution of the psychoanalytic discourse, since its origin in colonizing modernity, and in a civilization model that reduces differences to hierarchical categories. Throughout Freud's construction, alterity imposes itself as the fundamental axis in defining the directions and purposes of psychoanalytic theory and method.*

*Keywords: Civilization. Colonization. Psychoanalysis. Alterity.*

No documento oficial de censura, lê-se: "O autor é negro, comunista ... Trata-se duma diatribe contra a civilização ocidental, numa pseudodefesa das civilizações negra, oriental e índia. Para proibir". Com o verbo proibir realçado (Grada Kilomba, 2020, sobre o documento oficial de censura da primeira tradução portuguesa de *Pele negra, máscaras brancas* de Frantz Fanon, 1960).

#### UM MUNDO COLONIZADO: BERÇO DA PSICANÁLISE

Vivemos um momento histórico que nos demanda, urgentemente, uma reflexão sobre os resultados da forma como temos lidado com alteridades e fronteiras. É um tema que parece espreitar a psicanálise. Ser espreitado é um lugar desconfortável, e para sair dele precisamos aceitar as interrogações e desafios. Já em 1912, em *A dinâmica da transferência*, Freud (1980a) afirmava que não se vence um inimigo ausente: com certeza, a melhor forma de tratar um tema complexo é encará-lo nos olhos.

<sup>1</sup> Psicóloga, psicanalista, membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica e Mestre em Filosofia (Unisinos). E-mail: lucianamlara@gmail.com

A metáfora bélica, uma entre várias utilizadas por Freud, propicia-nos um ponto de partida. Homem do seu tempo que era, ele deixou clara inúmeras vezes sua paixão pela história das guerras e dos grandes generais. Por muito tempo, sua construção teórica falou de um inconsciente que seria um continente a ser dominado e colonizado por grandes exploradores, ou de um ego a expandir seus domínios e a vigência de suas leis, “onde era o id, o ego há de advir” (Freud, 1980c, p. 84), ou de um aparelho psíquico equipado para o trabalho de dominar intensidades, submetendo-as ao reino do sentido. Os psicanalistas têm se dedicado a trabalhar teoricamente sobre cada uma destas oposições: as tomo aqui apenas para sublinhar como a construção da teoria psicanalítica, assim como toda a construção do pensamento moderno ocidental, tem sido perpassada pela metáfora do domínio e da conquista do outro, e pela anexação de tudo o que é alheio ao terreno do mesmo e da identidade. É um movimento que transcende os limites da psicanálise, e que sinaliza o mundo em que ela nasceu e está inserida.

Os limites da psicanálise se fazem sentir sempre no mesmo ponto nevrálgico, que é a clínica. Fazer clínica psicanalítica significa lidar cotidianamente com barreiras, tratados de comércio, negociações entre territórios. Muitas vezes também com muros, segurança armada, bombas e campos de refugiados. É um esforço diário no sentido de aprender todos os dias uma nova língua. Precisamos sempre de palavras para falar, mesmo que elas não sejam as melhores: não dispomos, é verdade, de um vocabulário infinito. Mas os estrangeiros continuam atravessando as fronteiras, e nosso vocabulário finito não é suficiente. Precisamos seguir trabalhando tenazmente para ampliá-lo.

O psiquiatra e psicanalista Joel Birman (2017), por meio da obra *Arquivos do mal-estar e da resistência*, destaca que no decorrer do processo civilizatório os territórios do mundo foram divididos nos registros da civilização e da barbárie, e que este processo move-se na direção da conquista e anexação dos territórios bárbaros. A modernidade ocidental constitui-se pela identificação com a ideia de civilização e, mais importante, com o lugar de disseminar e impor esta *civilização* aos territórios onde ela não existia. Tal empreitada efetivou-se, fundamentalmente, na colonização europeia do mundo, iniciada no século XVI. Assim, a oposição entre civilização e barbárie produziu formas de subjetivação que se instituíram de maneira hierarquizada. A barbárie materializa-se, ao longo dos séculos, na ideia do primitivo: onde a leitura hierarquizada da civilização resulta inevitavelmente na inferiorização de qualquer diferença. É importante destacar que, ainda que os registros da civilização e da barbárie sejam delimitados por uma fronteira, tal fronteira caracteriza-se por sua mobilidade. Segundo Birman (2017), a barbárie aloja-se e resiste, portanto, sempre em dobras e franjas da civilização, o que faz com que o processo civilizatório mantenha-se num contínuo processo de relançar-se.

Impõe-se aí uma pergunta: é exclusivamente o movimento de resistência que faz com que a barbárie se aloje nas franjas da civilização? Não existiria também o movimento oposto – isto é, o processo civilizatório, em seu avanço, não incorreria também na produção ativa da barbárie, na medida em que empurra e encurrala toda a diferença para suas franjas, suas margens? O filósofo camaronês Achille Mbembe, que tem se dedicado ao tema da alteridade e das fronteiras com a contundência que nossos tempos exigem, responderia que sim. A principal fronteira apontada por Mbembe, desde seu ensaio *Necropolítica*, publicado pela primeira vez em 2003, é a fronteira que a modernidade ergueu entre seres matáveis e não *matáveis*. Nesse ensaio ele formula três questões:

- Quais as condições que determinam o exercício do direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito desta lei?
- O que a materialização do direito de matar diz sobre a pessoa que é condenada à morte?
- O que faz com que o objetivo da política, em muitas de suas manifestações contemporâneas, seja o assassinato do inimigo?

Mbembe (2020a), ao formular suas questões, ao mesmo tempo afirma claramente: a modernidade estruturou uma forma de viver em que a morte do outro não é apenas tolerável, mas na qual há uma contínua e macabra produção de situações em que ela *torna-se necessária*; situações de emergência, situações de exceção. Produz-se a crise, e a crise torna-se regra: nela, matar ou deixar morrer não é apenas aceitável, como é preciso.

O autor afirma que, desde uma perspectiva histórica, é no imperialismo colonial, somado à produção da tecnologia da morte em série e em massa, que a modernidade torna-se o palco da política como poder de morte. O racismo é o grande modelo das divisões dos humanos em grupos matáveis e não matáveis. A lógica do colonialismo, e da *plantation*, em que o outro é transformado em inimigo e desumanizado de todas as formas possíveis, é naturalizada e invisibilizada enquanto tem lugar nas colônias. Com a Segunda Grande Guerra e o Holocausto, a desumanização atinge em cheio a Europa e parte de sua população, não sendo mais possível ignorá-la. A mesma lógica que rege as relações entre as antigas metrópoles e suas ex-colônias, incluindo a relação com os migrantes, imigrantes e refugiados, determina hoje as relações dentro de um mesmo país, marcando as fronteiras nada invisíveis entre os sujeitos de direito, cidadãos de bem e os matáveis.

Os traços que definem o matável flutuam na medida da perspectiva hegemônica – poderíamos dizer fálica? – em questão. O matável pode ser definido em termos de raça, nacionalidade, crença religiosa, inclinação amorosa e identidade de gênero, condições socioeconômicas, de endereço, ou de falta dele, e também por convicções políticas. Assim por diante, infinitamente.

Em *Políticas da inimizade*, livro publicado em 2020, Mbembe afirma que o mundo colonial nunca foi a antítese da democracia, mas sim sua face noturna, seu duplo – tomando a afirmação de Frantz Fanon, de que esta face noturna oculta o vazio fundador da lei, esta nascida de um estado de não direito. Mbembe (2020b) ressalta que a mitologia na qual repousa a sobrevivência e o funcionamento da democracia requer a externalização da violência que a origina.

Partindo do pressuposto desta fundação por exclusão, o autor avança em suas ideias sobre a produção do ser matável. Mais do que de dominação e disciplina, a relação com o ser matável é de uso ou, como define Mbembe (2020b), de *apropriação sem responsabilidade*. Trata-se aqui de reduzir o objeto a seu uso sexual, econômico, ou simplesmente a ser o alvo de investimento da pulsão de morte.

A pulsão de morte na teoria freudiana é, por definição, a pulsão sem objeto (Freud, 1980b), de modo que a ideia de um “objeto da pulsão de morte” pode soar estranha à teoria psicanalítica. No entanto, Mbembe faz uma interessante construção conceitual sobre algo como um objeto de desinvestimento, o qual denomina *objeto perturbador*. Diz ele:

Ora, quem diz “movimento” (de ódio) necessariamente sugere o desencadeamento de uma energia pulsional. Essa energia é alistada, conscientemente ou não, na busca de um desejo, de preferência um desejo mestre. Esse desejo mestre, a um só tempo campo de imanência e força feita de multiplicidades, tem como ponto de fixação um objeto (ou vários). Ontem, esses objetos tinham como nomes privilegiados negros e judeus. Hoje, negros e judeus têm outras alcunhas: islamismo, muçulmano, árabe, estrangeiro, imigrante, refugiado, intruso, para citar apenas alguns deles (Mbembe, 2020b, p. 76).

O objeto perturbador, que exatamente por não existir precisa ser constantemente produzido pela lógica da crise e do estado de exceção, é materializado na figura de um ser matável. Ele é, ao mesmo tempo, o fetiche que permite ao sujeito borrar a percepção da própria castração e a consumação da cisão entre o eu e o inconsciente repudiado e, portanto, alvo de toda a projeção. Desta forma, o colonizador, envolvido pela fantasia, seja de onipotência, seja de perseguição, que reveste a origem de sua civilização sobre a exclusão de todas as outras, e portanto de um estado sem lei, vê-se compelido “ora a fechar-se em si mesmo na esperança de garantir sua segurança diante de um perigo externo, ora para sair de si mesmo e enfrentar os moinhos de vento de sua imaginação, que agora o cercam” (Mbembe, 2020b, p. 76).<sup>2</sup>

#### DA ORIGEM COLONIZADORA À DEFINIÇÃO PELA BORDA: RUMOS E DESTINOS-OUTROS DA PSICANÁLISE

A evolução da definição do objeto e do método na psicanálise freudiana evidencia um movimento de progressiva inclusão do não representado, do *ainda não psicanálise*, em seu escopo e em seu campo de intervenção. Freud constrói, ao mesmo tempo, seu método e seu objeto de intervenção num arco que inicia num inconsciente constituído por conteúdos recalçados e representações alijadas da consciência, seguindo em direção aos conteúdos não representados, ao traumático, à compulsão à repetição e à pulsão de morte, e culmina numa proposta de intervenção – a construção – que tem como objetivo produzir a possibilidade de novas formas de o sujeito narrar e representar-se.

A pergunta sobre como deixar falar o que ainda não pode encontrar palavras, sobre como dar condições ao não representado de representar-se, faz-se cada vez mais presente e premente. Isto é resultado de um longo trabalho na evolução teórica e técnica da psicanálise, mas também dos movimentos de luta por reconhecimento que tensionam os limites do campo psicanalítico, campo constituído no centro da hegemonia da razão branca, eurocêntrica e colonialista. O outro faz-se, assim, cada vez mais presente na clínica psicanalítica, em suas diversas manifestações de demandas de reconhecimento ocupando o que era, até não tanto tempo atrás, a pólis reservada aos que, ainda que sintomaticamente, conseguiam fazer-se representar.

Este outro justifica a existência da psicanálise tanto em sua dimensão clínica como teórica e de método de investigação. Afinal, seria sustentável uma psicanálise feita somente por e para aqueles que necessitam menos dela, na medida em que ocupam um lugar no laço social e na linguagem que lhes permite narrar a si próprios? Quais seriam o sentido e o destino de uma psicanálise que não se propõe a trabalhar para incluir os que dela estão alijados, por não encontrarem até aqui lugar no discurso psicanalítico? Até onde se sustenta uma psicanálise autofágica?

Afirma Paulo Endo (2020):

...Pontalis (2005) perguntava se, em psicanálise, se trataria de definir bordas, fronteiras e delimitações ou, ao contrário, de transgredir linhas divisórias, confrontar saberes instituídos e vazar fronteiras, isto é, definir-se como movimento que se exerce nos confins e sempre em tensão contra algo que resiste a ele... (p.131).

O autor convoca-nos à observação de que o trabalho psicanalítico se faz diante do que se opõe e resiste. Um olhar sobre a construção da psicanálise como teoria e como método, que só se faz no limite entre o representado e o não representado, do analisável e do não ainda analisável: enfim, na fronteira entre o que já é e o que ainda não é psicanálise. A alteridade está, portanto, no centro da definição do campo psicanalítico.

#### NOTA

2. A questão do colonizador, a natureza de sua fragilidade e defesas é um campo a ser explorado. Foi no Seminário de Psicopatologia II – Neurose, Conflito e Formação de Sintoma que Gabriel Teitelbaum trouxe uma pergunta dessas que têm o poder de nos fazer escutar o até então inaudito: como sofre o soldado, que projeta o ódio, e assim constrói o inimigo? Como escutar seu sofrimento, se ele não sofre sob a lógica da culpa neurótica? E se não sofre, não demanda escuta e não faz laço. Como escutar e produzir uma apropriação do sofrimento, e portanto uma demanda que resulte em um laço? Mas este será um outro trabalho.

#### REFERÊNCIAS

- Birman, J. (2017). **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Endo, P. (2020). Jacques Derrida e a psicanálise: provocar, convocar, evocar e (r)existir. **ALEA**22(3),125-135. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1517-106X/2020223125135>
- Freud, S. (1980a). A dinâmica da transferência, O caso de Schreber e Artigos sobre a técnica. In S. Freud. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (Vol. 17). Porto Alegre: Imago.
- Freud, S. (1980b). Além do princípio do prazer, Psicologia de grupo e outros trabalhos. In S. Freud. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (Vol. 18). Porto Alegre: Imago.
- Freud, S. (1980c). Novas conferências introdutórias à psicanálise. Conferência XXXI: a dissecação da personalidade psíquica. In S. Freud. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud** (Vol.22). Porto Alegre: Imago.
- Mbembe, A. (2020a). **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. N-1 Edições.
- Mbembe, A. (2020b). **Políticas da inimizade**. N-1 Edições.